

( ) Graduação (X) Pós-Graduação

## **FAIXA DE FRONTEIRA SUL MATO-GROSSENSE E OS MUNICÍPIOS EM SITUAÇÃO CRÍTICA DE DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO**

**Obedias Miranda Belarmino**  
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul  
Obedias.miranda.22@hotmail.com

**Rosele Marques Vieira**  
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul  
roseleuems@gmail.com

### **RESUMO**

O desenvolvimento em municípios de fronteira apresenta dinâmicas socioeconômicas diferenciadas das demais regiões brasileiras, o que exige um olhar diferenciado levando em conta as especificidades e potencialidades de cada território. Nesse sentido o objetivo deste trabalho é identificar e analisar quais municípios da faixa de fronteira sul mato-grossense encontram-se em situações críticas de desenvolvimento socioeconômico, com base em seus indicadores socioeconômicos. Para isso foi desenvolvida uma pesquisa quantitativa descritiva, elaborada a partir do levantamento de dados secundários. Os dados mostraram que 12% dos municípios da faixa de fronteira sul mato-grossense estão em situação de círculo vicioso, sendo eles: Antônio João, Coronel Sapucaia, Japorã, Paranhos e Tacuru. Esses municípios demonstram baixos desempenho nos indicadores sociais e econômicos, e são marcados por diversas fragilidades, estando assim em situação crítica de desenvolvimento. Os menores indicadores para esses municípios são os de emprego e renda, os indicadores de educação são moderados e em alguns municípios são baixos, já os indicadores de saúde apesar de significativa melhoria ainda são baixos. Assim, a situação socioeconômica presente nesses municípios demonstrada por meio dos indicadores favorece a desigualdade e a baixa qualidade de vida de seus habitantes. O que evidencia a necessidade de ações rápidas e assertivas que revertam essa difícil situação enfrentada por sua população.

**Palavras-chave:** Faixa de fronteira; Desenvolvimento fronteiriço; Desenvolvimento Socioeconômico.

## 1 INTRODUÇÃO

A elevação dos indicadores de desenvolvimento socioeconômico é viabilizada por meio de gestão, planejamento, e coesão social alinhados através de estratégias e políticas públicas assertivas e efetivas com as demandas e potencialidades de cada município. A melhoria nesses indicadores de desenvolvimento nas áreas da saúde, educação, emprego e renda são caminhos para que uma região ofereça melhores condições e qualidade de vida a sua população. A realidade vivida em cada território é diferente e exige um olhar situacional e diferenciado levando em conta as especificidades e potencialidades de cada território.

A literatura evidencia que os municípios localizados sobre a faixa de fronteira apresentam singularidades que os distinguem das demais regiões brasileiras. Frequentemente a temática relacionada à região de fronteira e seus municípios fazem parte de debates, planos e políticas de desenvolvimento, no entanto, essa região ainda permanece com pouco dinamismo econômico e social, apresentando baixo desenvolvimento. Segundo Belarmino e Vieira (2020) na prática, são poucos os resultados efetivos percebidos pela população que vive nesses municípios fronteiriços.

Seja pela dificuldade de diálogos, gestão, implantação ou atenção para as regiões periféricas do país a realidade socioeconômica nesses municípios ainda é precária. Ao longo dos anos houve uma leve melhoria nos indicadores, no entanto, alguns municípios localizados sobre a faixa de fronteira sul mato-grossense não melhoraram seu desempenho nos indicadores socioeconômicos e encontram-se em situação crítica de desenvolvimento. Sendo assim, esse trabalho se propõe a identificar quais são esses municípios e apresentar seus indicadores socioeconômicos.

Histórica e politicamente constituída, a faixa de fronteira<sup>1</sup>, é normatizada pela Constituição Federal de 1988. No Brasil a faixa de fronteira é a região de influência do limite político internacional, definida pela Lei n. 6.634, de 2 de maio de 1979, como a área composta pelos municípios total ou parcialmente inseridos em uma faixa interna de 150 km de largura paralela ao limite internacional. Atualmente o Brasil faz fronteira com dez países, cerca de 27% do território faz parte da faixa de fronteira, o que totaliza mais de 143 mil km<sup>2</sup> (IBGE, 2020).

De acordo com Ferrera de Lima (2020, p.10) "A região fronteiriça é mais sensível às mudanças institucionais, econômicas e sociais impostas pela globalização". Por estarem na

---

<sup>1</sup> Compreende-se por Faixa de Fronteira aquela definida pela Constituição Brasileira (1988) que abrange os municípios situados na faixa de 150 km a partir fronteira demarcatória brasileira. A mesma também é definida pela Lei n. 6.634, de 2 de maio de 1979.

divisa internacional ou sobre a faixa de fronteira, as mudanças nos municípios fronteiriços acontecem de maneiras mais rápidas e dinâmicas. Em geral, esses municípios apresentam certas singularidades que os distinguem das demais regiões brasileiras, pelo fato de nelas as interações internacionais serem uma realidade cotidiana, que costumam ser mais intensas principalmente nas cidades-gêmeas.

Uma das características marcantes na faixa de fronteira é a baixa densidade demográfica, decorrente do processo histórico de concentração do desenvolvimento nas regiões litorâneas e centrais do país, associado às grandes distâncias, o que naturalmente colaborou para que essa região fosse povoada tardiamente. As dificuldades de comunicação com os principais centros decisórios, inicialmente, devido à distância do litoral e dos grandes centros fez com que, desde sua criação, a faixa de fronteira experimentasse limitações ao desenvolvimento. Ao longo do tempo foram sendo conferidos incentivos pontuais de ocupação territorial, tais como o Programa Calha Norte (PCN) e Marcha para o Oeste, os quais auxiliaram no povoamento de grande parte da região Norte e Centro Oeste, bem como as áreas de fronteira (BRASIL, 2005; BRASIL, 2009a).

Em Mato Grosso do Sul, dos 79 municípios, 44 deles estão localizados e fazem parte da faixa de fronteira, o que representa mais de 55% de seu território. A faixa de fronteira sul mato-grossense está localizada no arco central e faz divisa com dois países, o Paraguai e a Bolívia. Cerca de 40% dos 357,1 mil km<sup>2</sup> que formam o território de Mato Grosso do Sul fazem parte da faixa de fronteira (IBGE, 2020). Uma área significativa do estado que carece de olhares e políticas que fomentem seu desenvolvimento. De acordo com Machado (2005) e Torrecilha (2013) a faixa de fronteira é considerada uma região de necessidades latentes, carente de ações consistentes, que promovam seu desenvolvimento.

Assim, o menor desenvolvimento presente nos municípios localizados sobre a faixa de fronteira é resultado de um processo histórico que abrange diversos aspectos. No entanto, ele tem como base a preocupação do estado com a garantia de sua soberania e independência nacional desde os tempos de Colônia. Até o século XX o poder público ao olhar para a fronteira terrestre via a mesma como um limite de proteção ao país, não se pensava em desenvolvimento ou integração para essas áreas, mas apenas no seu povoamento e a fortificação militar visando à segurança do território brasileiro (KRÜGER et al., 2017). Visão essa que também condiz com as leis de defesa nacional e defesa de território vigentes na época. O que fez com que essa região ficasse a margem do progresso, apresentando sempre características de regiões periféricas e subdesenvolvidas.

Diante deste contexto, o objetivo deste trabalho é identificar e analisar quais municípios da faixa de fronteira sul mato-grossense encontram-se em situações críticas de desenvolvimento socioeconômico, com base em seus indicadores socioeconômicos. Além dessa introdução o trabalho conta com três seções, procedimentos metodológicos, discussão e análise dos dados, considerações finais e por fim são apresentadas as referências bibliográficas.

## **2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

Este trabalho possui uma abordagem quantitativa; quanto aos objetivos a pesquisa tem caráter descritivo e caracteriza-se como pesquisa de levantamento de dados secundários. Foram utilizados dados dos principais indicadores socioeconômicos de desenvolvimento os quais abrangem as três áreas essenciais para o desenvolvimento, educação, saúde, emprego e renda. Esses dados são disponibilizados pelas bases dados governamentais, e foram coletadas em seus respectivos sites.

Em relação ao recorte temporal, a análise utiliza os últimos dados disponíveis publicados para cada indicador junto a base de dados. Optou-se por analisar os municípios em situação crítica de desenvolvimento socioeconômico da faixa de Fronteira sul mato-grossense pois esses são os municípios que mais carecem de atenção e políticas públicas para o desenvolvimento.

## **3 DISCUSSÃO E ANÁLISE DOS DADOS**

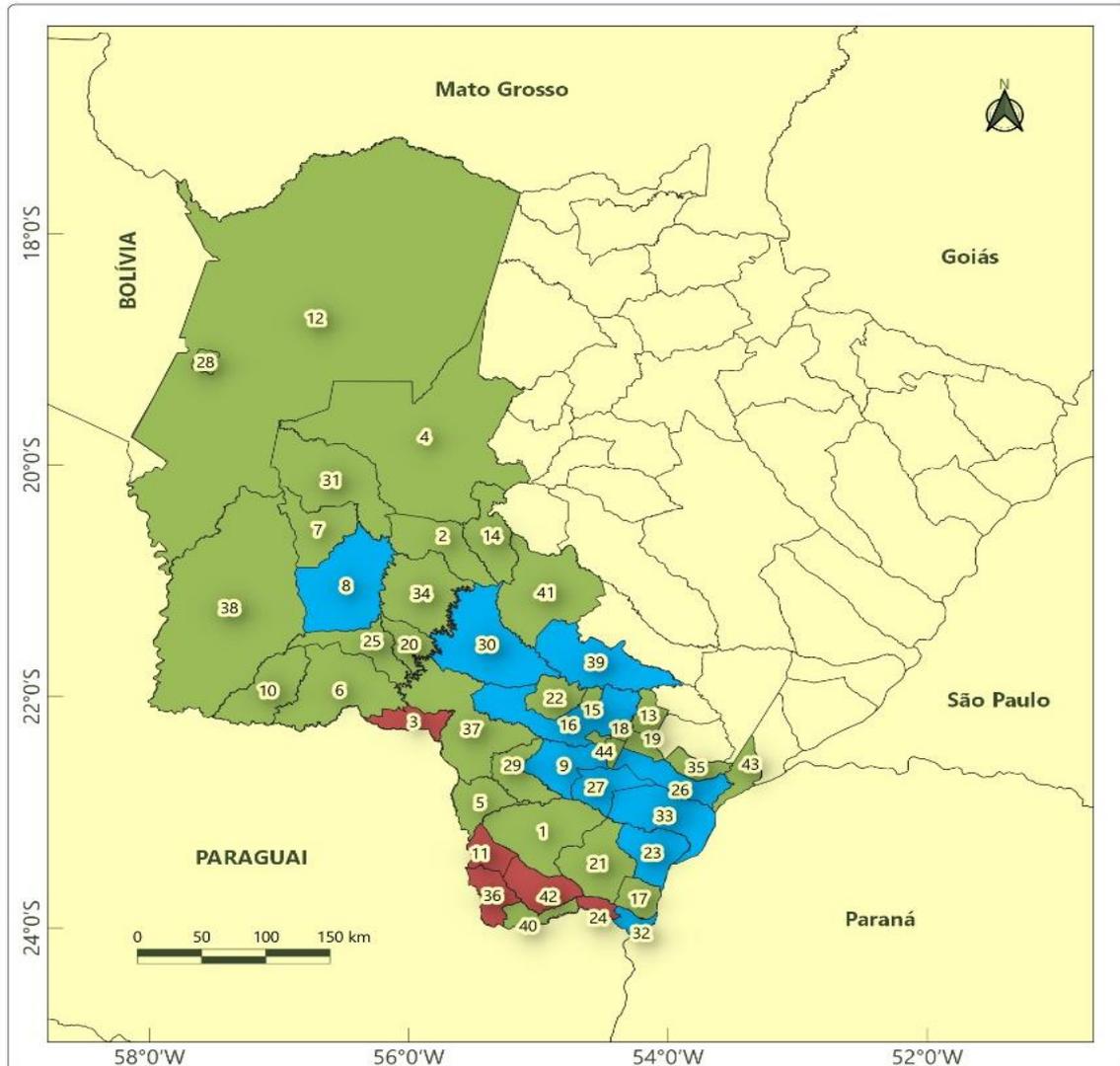
De acordo com Raiher e Ferrera de Lima (2017), um município pode ser classificado em quatro situações em relação a seu desenvolvimento socioeconômico. Tendendo ao crescimento, tendendo ao desenvolvimento, círculo vicioso e círculo virtuoso. Essa classificação tem como base o desempenho do município em relação aos indicadores de educação, saúde e emprego e renda.

Os municípios se encontram em situação de “*Tendendo ao Crescimento*” quando apresentam IFDM Emprego e renda maior que 0,60 e IFDM Saúde e IFDM Educação menor que 0,60. Para estarem em situação de “*Tendendo ao Desenvolvimento*” devem apresentar IFDM Educação maior que 0,60 e/ou IFDM Saúde maior que 0,60. Para estar no “*Círculo Vicioso*” devem apresentar IFDM Educação, IFDM Saúde e IFDM Emprego e renda menor que 0,60. Para estar em “*Círculo Virtuoso*” devem apresentar IFDM Educação, IFDM Saúde e

IFDM Emprego e renda maior 0,60.

A figura 1 a seguir, demonstra a situação do desenvolvimento socioeconômico nos municípios da faixa de fronteira sul mato-grossense no ano de 2016 baseado nessa classificação do desenvolvimento. Primeiramente nota-se que nenhum município da faixa de fronteira sul mato-grossense encontra-se na situação de *tendendo ao crescimento*. E percebe-se pelo mapa certa homogeneização na situação dos municípios, em relação ao desenvolvimento socioeconômico. Em 66% dos municípios, o que representa 29 municípios estão na situação de *tendendo ao desenvolvimento*. Ou seja, apresentam indicadores de educação e saúde elevados, porém apresentam emprego e renda menores.

**Figura 1: Classificação da situação do desenvolvimento socioeconômico nos municípios da faixa de fronteira sul mato-grossense no ano de 2016**



**Municípios da Faixa de Fronteira de Mato Grosso do Sul**

1 - AMAMBAI	12 - CORUMBA	23 - ITAQUIRAÍ	34 - NIOAQUE
2 - ANASTACIO	13 - DEODAPOLIS	24 - JAPORA	35 - NOVO HORIZONTE DO SUL
3 - ANTONIO JOAO	14 - DOIS IRMAOS DO BURITI	25 - JARDIM	36 - PARANHOS
4 - AQUIDAUANA	15 - DOURADINA	26 - JATEÍ	37 - PONTA PORA
5 - ARAL MOREIRA	16 - DOURADOS	27 - JUTI	38 - PORTO MURTINHO
6 - BELA VISTA	17 - ELDORADO	28 - LADARIO	39 - RIO BRILHANTE
7 - BODOQUENA	18 - FATIMA DO SUL	29 - LAGUNA CARAPÁ	40 - SETE QUEDAS
8 - BONITO	19 - GLORIA DE DOURADOS	30 - MARAÇAJU	41 - SIDROLANDIA
9 - CAARAPO	20 - GUIA LOPES DA LAGUNA	31 - MIRANDA	42 - TACURU
10 - CARACOL	21 - IGUATEMI	32 - MUNDO NOVO	43 - TAQUARUSSU
11 - CORONEL SAPUCAIA		33 - NAVIRAÍ	44 - VICENTINA



Cartografia: Giovane Silveira  
 Malha Digital: IBGE (2019)  
 Software: QGIS 3.10.9  
 Datum: SIRGAS 2000  
 Projeção Geografica



Fonte: Belarmino e Silveira (2021).

CVIC = Círculo Vicioso, CVIR = Círculo Virtuoso, TC = Tendendo ao Crescimento, TD = Tendendo ao Desenvolvimento.

Somente 10 municípios, o que representa 22% do quantitativo de municípios da faixa de fronteira sul mato-grossense encontram-se na situação de *círculo virtuoso* de desenvolvimento socioeconômico, sendo eles: Bonito, Caarapó, Dourados, Itaquiraí, Jateí, Juti, Maracaju, Mundo Novo, Naviraí e Rio Brillhante. Esses municípios apresentaram bons

desempenhos em todas as variáveis analisadas, educação, saúde, emprego e renda.

Apenas 5 municípios sendo eles, Antônio João, Coronel Sapucaia, Japorã, Paranhos e Tacuru encontram-se na situação de *círculo vicioso*, apresentando baixos índices de educação, saúde, emprego e renda. Esses municípios fazem parte da região Sul fronteira, uma região tradicionalmente caracterizada por apresentar menores indicadores de desenvolvimento socioeconômicos e marcada pelas elevadas desigualdades, concentração de renda, pobreza, grandes latifúndios e especialização produtiva voltadas a atividades primarias relacionadas ao setor agropecuário (BELARMINO, 2021).

Por se encontrarem em círculo vicioso de desenvolvimento e apresentarem baixos índices de educação, saúde, emprego e renda, esses municípios estão em situação crítica de desenvolvimento, tanto no aspecto social quanto no econômico. Esses municípios, apresentam certas simetrias, ou seja, similaridades no desempenho negativo de seus indicadores socioeconômicos, relegando assim sua população local a baixa qualidade de vida e de bem-estar social.

De acordo com pesquisas anteriores (BELARMINO; VIEIRA, 2020; BELARMINO 2021) esses municípios permanecem na mesma situação desde o ano de 2005. O fato de todos esses municípios permanecerem em situação de círculo vicioso ao longo de mais de 12 anos confirma e reforça a teoria de Myrdal (1960) da causação circular cumulativa e de Nurkse (1957) do círculo vicioso da pobreza. Segundo esses autores regiões que se encontram em situação de baixo desenvolvimento tendem a permanecer nessa condição ao longo do tempo, tendo sua condição agravada e potencializada devido a causação circular cumulativa. Assim, dificilmente conseguirão sair dessa realidade, uma vez que essa situação costuma se agravar de maneira cíclica e contínua, como o próprio Myrdal (1960) afirma, de forma circular e cumulativa levando a região a permanecer no círculo vicioso da pobreza, que também é discutido por Nurkse (1957).

A seguir vamos analisar de maneira mais detalhada os indicadores socioeconômicos desses municípios em situação de círculo vicioso de desenvolvimento. Para que assim, possamos compreender as principais fragilidades que colaboram para essa situação crítica de desenvolvimento em que se encontram. A tabela 1 a seguir demonstra a população de cada município, divididas por residentes na zona rural e urbana.

**Tabela 1: População no ano de 2010**

Municípios	População total	População rural	População urbana	Densidade demográfica
Antônio João	8.208	1.380	6.828	21,6
Coronel Sapucaia	14.064	3.856	10.208	14,9
Japorã	7.731	6.331	1.400	22,1
Paranhos	12.350	6.087	6.263	11,0
Tacuru	10.215	6.448	3.767	6,5

Fonte: Atlas do desenvolvimento humano (2010). Com base no Censo Demográfico de 2010.

Segundo o IBGE (2020), todos esses municípios são de pequeno porte, Japorã apresenta a maior densidade demográfica com 22,1 habitantes por km<sup>2</sup> seguida de Antônio João com 21,6 habitantes por km<sup>2</sup>, o município com a menor densidade demográfica é Tacuru com 6,5 habitantes por km<sup>2</sup>. Em termos populacionais Coronel Sapucaia é o maior município, com 14.064 habitantes, seguido de Paranhos com 12.350. O menor município é Japorã com 7.731 habitantes. Percebe-se que 63% da população de Tacuru, 80% de Japorã e 51% de Paranhos reside na zona rural, o que expressa parcela significativa da população vivendo no meio rural.

Em relação aos indicadores territoriais e ambientais, Antônio João apresenta 2,2% de domicílios com esgotamento sanitário adequado, 97% de domicílios urbanos em vias públicas com arborização e 6,3% de domicílios urbanos em vias públicas com urbanização adequada, ou seja, com presença de bueiro, calçada, pavimentação e meio-fio. Coronel Sapucaia apresenta 32,2% de domicílios com esgotamento sanitário adequado, 97,6% de domicílios urbanos em vias públicas com arborização e 3,8% de domicílios urbanos em vias públicas com urbanização. Japorã apresenta 3,8% de domicílios com esgotamento sanitário adequado, 98,9% de domicílios urbanos em vias públicas com arborização e 4,8% de domicílios urbanos em vias públicas com urbanização. Paranhos apresenta 1,4% de domicílios com esgotamento sanitário adequado, 93,9% de domicílios urbanos em vias públicas com arborização e 2,7% de domicílios urbanos em vias públicas com urbanização. E Tacuru apresenta 8,1% de domicílios com esgotamento sanitário adequado, 70% de domicílios urbanos em vias públicas com arborização e 3,4% de domicílios urbanos em vias públicas com urbanização (IBGE, 2017).

Nesses municípios a agricultura familiar e de subsistência desempenha um papel importante. No entanto, o setor que mais emprega é o de comércio e serviços, grande parte da população ocupada trabalha em empresas familiares, cooperativas agroindustriais, lojas, supermercados e construção civil, além daqueles aos quais desempenham suas atividades nos setores públicos, municipais ou estaduais.

Conforme a tabela 2 o município com o maior salário médio mensal da região é Paranhos com 2,2 a menor média salarial é verificada no município de Coronel Sapucaia com

1,7 os demais municípios variam de 1,8 e 1,9. Quando comparados à população de cada município com o número de pessoal ocupado, o município com a maior população ocupada é Coronel Sapucaia, registrado 8,8%. Entretanto percebe-se que a situação nesses municípios é precária. Mais de 90% da população não desempenha atividades laborais formais, o que preconiza a precarização do trabalho e a informalidade.

**Tabela 2: Trabalho e Rendimento no ano 2016**

<b>Municípios</b>	<b>Salário médio mensal dos trabalhadores formais</b>	<b>Pessoal ocupado</b>	<b>População ocupada</b>
Antônio João	1,9	683	7,8%
Coronel Sapucaia	1,7	1.315	8,8%
Japorã	1,9	434	4,5%
Paranhos	2,2	1.025	7,4%
Tacuru	1,8	744	6,6%

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, 2016.

A baixa porcentagem da população ocupada em atividades formais, se deve em certa medida a falta de crescimento econômico nesses municípios, afetando assim o emprego e a renda da população local. De acordo com Schumpeter (1982), o crescimento é resultado de incrementos cumulativos e quantitativos que ocorrem em determinado sistema econômico. Sem esses incrementos, sejam eles através de investimentos em formação, capacitação, infraestrutura, tecnologia, distribuição de renda e inovação esses municípios dificilmente alcançaram o crescimento econômico.

E assim, sem o crescimento as chances de elevação do desenvolvimento socioeconômico diminuem. Segundo Sachs (2004) pode ocorrer crescimento, sem que ocorra desenvolvimento, mas desenvolvimento só ocorre após o crescimento. Segundo o autor para que ocorra desenvolvimento em seu sentido pleno, é necessário que o crescimento aconteça primeiro, uma vez que o crescimento econômico atua como facilitador do desenvolvimento. Para Schumpeter (1982) como o desenvolvimento é um processo de mudanças qualitativas mais ou menos radicais nas formas de organização do sistema, gerada em decorrência de uma inovação suficientemente original para romper com o movimento regular e ordenado, ela tende a ter dificuldade de ocorrer sem que haja crescimento econômico.

O baixo desempenho nos indicadores de emprego e renda, agrava a situação socioeconômica da população e dificulta o alcance de melhores níveis de desenvolvimento. Segundo Furtado (1962) o processo de desenvolvimento se realiza de duas formas seja através de combinações novas dos fatores existentes ao nível da técnica conhecida, seja através da introdução de inovações técnicas. Assim se esses municípios desejam elevar o desenvolvimento

local devem atuar em uma dessas frentes.

Os dados de renda e pobreza nesses municípios são alarmantes, segundo os dados do último censo realizados pelo IBGE em 2010, demonstrados na tabela 3, a situação desses municípios é crítica. Projeções mais recentes do PNUD (2019) demonstram que houve pouca melhoria. Dados mais recentes do Cadastro Único do Programa Bolsa Família em 2021 demonstram que o número de famílias que vivem com até meio salário-mínimo nesses municípios ainda é alto.

**Tabela 3: Renda e Pobreza no ano de 2010**

<b>Municípios</b>	<b>Renda per capita \$</b>	<b>% de extremamente pobres</b>	<b>% de pobres</b>	<b>% da renda apropriada pelos 10% mais ricos</b>
Antônio João	411,49	11,57	25,93	43,71
Coronel Sapucaia	350,37	16,87	35,06	40,08
Japorã	241,32	42,15	56,46	47,71
Paranhos	271,52	33,54	52,84	48,71
Tacuru	367,68	23,07	34,36	46,38

Fonte: Atlas do desenvolvimento humano, 2010.

Existe uma elevada concentração de renda apropriada pelos 10% mais ricos e em contrapartida a alta desigualdade ao somar a porcentagem de pobres e extremamente pobres nesses municípios. Conforme a tabela 3 percebe-se que o município onde os 10% mais ricos se apropriam da maior parte da renda é em Paranhos com 48,71%, seguida de Japorã 47,71% e Tacuru com 46,38%. A menor concentração de renda, porém ainda elevada é de Coronel Sapucaia 40,08%. Nota-se que quanto maior a quantidade de renda apropriada pelos 10% mais ricos, maior é a porcentagem de pobres e extremamente pobres e conseqüentemente a maior desigualdade enfrentada pela população.

Dessa forma, a ação do Estado se torna importante na formulação de políticas e planos para que essas desigualdades sejam amenizadas, somente pela atuação do livre mercado a tendência é que ao longo do tempo essa desigualdade e concentração de renda se torne ainda maior. Essas ações devem atuar com vistas a distribuição de renda, melhoria do sistema de educação, saúde e habitação proporcionando assim oportunidades para que os indivíduos exerçam suas capacidades e vivam uma vida digna, com maior qualidade de vida e bem-estar social. Para que assim esses municípios avancem e melhorem qualitativa e quantitativamente seus níveis de desenvolvimento. Sem esse apoio por meio de ações direcionadas pelo Estado, como afirma Nurkse (1952) dificilmente uma região periférica por si mesma conseguirá superar o círculo vicioso da pobreza.

A tabela 4 apresenta um panorama com os dados do Programa Bolsa Família para os municípios. Algo que chama a atenção é o número de famílias que vivem com renda de até meio salário mínimo, o número é elevado para todos os municípios. As famílias que estão inseridas no cadastro único, ou seja, pessoas que vivem em situação de vulnerabilidade socioeconômica é alto. Em todos os municípios mais de 40% da população estão cadastradas.

**Tabela 4: Programa Bolsa Família (PBF) no ano de 2021**

<b>Municípios</b>	<b>Famílias com renda até meio salário mínimo</b>	<b>Famílias inseridas no CadÚnico</b>	<b>Famílias beneficiadas do PBF</b>	<b>% da população beneficiada</b>	<b>Valor médio do benefício por família</b>
Antônio João	1.491	2.195	722	22,81%	108,99
Coronel Sapucaia	3.148	3.910	1.970	38,52%	153,93
Japorã	1.786	2.107	1.305	46,45%	187,46
Paranhos	2.298	3.006	1.644	45,26%	226,17
Tacuru	2.179	2.714	1.493	37,60	142,40

Fonte: Cadastro Único Programa Bolsa Família (2021).

O número de famílias beneficiadas pelo Programa Bolsa família é significativo e consequentemente a porcentagem da população beneficiada pelo programa é alta. O município com a maior porcentagem de população beneficiada é Japorã com 46,45% da população, seguida de Paranhos e Coronel Sapucaia com 46,26% e 38,52% respectivamente. No entanto, quando se analisa o valor médio repassado as famílias conforme a tabela 4, percebe-se que o valor é baixo. Dificultando assim que essas famílias saiam da situação de pobreza, o que acaba acontecendo é que o valor repassado apenas auxilia a permanência dessas famílias nessa situação, novamente as mantendo no círculo vicioso do subdesenvolvimento.

Segundo Myrdal (1960) as desigualdades regionais se agravam quanto mais pobre for o país, e isso ocorre de maneira circular e cumulativa. Sendo assim, para que haja progresso e melhoria na qualidade de vida nesses municípios se faz necessário planejamento e gestão no sentido de amenizar essas desigualdades pois de acordo com Myrdal quanto maior o nível de desenvolvimento, mais forte são os efeitos propulsores, e assim de maneira cíclica eleva-se o desenvolvimento.

O desempenho dos municípios também é mensurado pela participação do PIB nos setores de atividades, a tabela 5 a seguir apresenta o PIB para esses municípios. Observa-se que o setor que mais contribui para o PIB é o de comércio e serviços para todos os municípios, com destaque para Coronel Sapucaia e Paranhos onde esse setor é mais especializado.

**Tabela 5: PIB no ano de 2016**

Municípios	PIB R\$1.000,00			
	Agropecuária	Indústria	Com. E Serv.	TOTAL
Antônio João	76.641,09	8.172,06	99.227,05	184.040,20
Coronel Sapucaia	42.970,42	11.181,56	119.772,01	173.923,99
Japorã	32.922,59	3.971,83	62.755,62	99.650,04
Paranhos	40.173,33	8.245,88	110.185,18	158.604,39
Tacuru	66.644,40	7.049,40	104.755,64	178.449,44

Fonte: SEMAGRO (PIB com Valor adicionado, descontados impostos, 2016).

O segundo setor de maior relevância para esses municípios é o agropecuário, devido ao grande potencial produtivo da região e a vasta quantidade de terras cultiváveis (IBGE, 2020). O setor industrial possui baixa representatividade, sendo ainda muito incipiente, e com baixa relevância. A limitada presença de indústrias nesses municípios se deve em certa medida a localização, eles se encontram sobre a faixa de fronteira. Outros fatores que contribuem são a falta de mão de obra qualificada e de logística. Apesar desses fatores, existem oportunidades para expansão deste setor na região.

Segundo Hirschman (1961) o setor industrial é considerado um setor com grande potencial de gerar encadeamentos, apresentando esmagadora superioridade em relação a outras atividades. A dependência desses municípios dos setores de comércio, serviços e do agropecuário, explica a tendência de menor dinamismo econômico e social nessa região, uma vez que esses setores geram menos encadeamentos, dificultando assim o processo de desenvolvimento socioeconômico de sua população. Assim, se esses municípios expandirem sua base industrial e diversificarem sua economia as chances de gerar encadeamentos positivos aumenta, o que possibilitará a elevação da renda, postos de trabalho, e capacitação para população local. Além de no médio prazo elevar os indicadores de desenvolvimento dos municípios.

Os menores PIB são registrados em Japorã 99.650,04, Paranhos 158.604,39 e Coronel Sapucaia 173.923,99, decorrentes da sua pequena população, baixo percentual de pessoal ocupado, pouca presença de indústrias e baixa produção agropecuária. Antônio João e Tacuru apresentam melhores desempenho no PIB, no entanto, apesar de melhores resultados nesses municípios, nota-se que o PIB para todos os municípios é relativamente baixo, o que afeta o crescimento econômico e o desenvolvimento da população.

Conforme Hirschman (1958) o crescimento inicia-se nos setores líderes e transfere-se para os seguintes (satélites) de forma irregular/desequilibrada. Assim os desequilíbrios seriam a forma de as economias (ou regiões) periféricas potencializem seus recursos escassos. Desse

modo uma das possibilidades para a melhoria do PIB através do crescimento econômico é direcionar os esforços em termos de gestão e políticas públicas com um enfoque mais voltado para os setores líderes da economia, uma vez que esses setores são mais dinâmicos e demandam de componentes que outros setores subordinados podem produzir, transferindo assim ao longo do tempo crescimento e aumentando a dinamicidade socioeconômica da economia local.

Diferentemente da perspectiva do crescimento econômico medido pelo PIB, que analisa o bem-estar apenas pela renda, o IDHM se propõe a observar o desenvolvimento humano presente em determinado município. Considerando a renda como um dos meios para o desenvolvimento e não como seu fim. A tabela 6 a seguir demonstra o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal.

**Tabela 6: IDHM no ano de 2010 para municípios em situação crítica de desenvolvimento**

Municípios	IDHM Renda	IDHM Longevidade	IDHM Educação	IDHM
Antônio João	0.633	0.799	0.526	<b>0.643</b>
Coronel Sapucaia	0.607	0.806	0.417	<b>0.589</b>
Japorã	0,547	0,791	0,337	<b>0,526</b>
Paranhos	0.566	0.811	0.444	<b>0.588</b>
Tacuru	0.615	0.782	0.434	<b>0.593</b>

Fonte: Atlas do desenvolvimento humano, 2010.

**Classificação do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal - IDHM**

- Muito alto desenvolvimento 0,800 - 1,000
- Alto desenvolvimento 0,700 - 0,799
- Médio desenvolvimento 0,600 - 0,699
- Baixo desenvolvimento 0,500 - 0,599
- Muito baixo desenvolvimento 0,000 - 0,499

Conforme a tabela 6 nota-se, que todos os municípios com exceção de Antônio João apresentaram baixo desenvolvimento humano, isso se deve em certa medida a menor porcentagem de população ocupada a alta concentração de renda entre os 10% mais ricos e o baixo desempenho no PIB.

Analisando o IDHM desses municípios, pode-se observar um desempenho pouco expressivo, demonstrando assim que o desenvolvimento carece de avanços. Todos os municípios possuem IDHM menores que a média do estado de Mato Grosso do Sul, reforçando a ideia de que municípios localizados em regiões periféricas apresentam dificuldades na superação do subdesenvolvimento seja por falta de investimentos em setores chaves na economia, ou falta de políticas públicas que visem impulsionar o desenvolvimento. Enfrentando

assim problemas de saúde precária, baixos níveis educacionais e menores médias salariais entre seus habitantes. Confirmando assim o que Machado (2005) e Torrecilha (2013) relatam em seus trabalhos, que a faixa de fronteira é considerada uma região de necessidades latentes, carente de ações consistentes, que promovam seu desenvolvimento.

A saúde desempenha um papel importante para melhoria e elevação do desenvolvimento de um município, a tabela 7 a seguir apresenta alguns indicadores de saúde para esses municípios.

**Tabela 7: Indicadores de saúde no ano de 2016**

<b>Municípios</b>	<b>Estabelecimentos de saúde SUS</b>	<b>Mortalidade infantil para mil nascidos vivos</b>	<b>Óbitos de menores de 1 ano</b>	<b>Nascidos vivos</b>
Antônio João	5	18,4	3	163
Coronel Sapucaia	7	15,63	5	320
Japorã	6	11,9	2	168
Paranhos	9	18,99	6	316
Tacuru	6	21,62	4	185

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2016.

Em relação aos indicadores de saúde o que mais chama a atenção é o elevado percentual de mortalidade infantil, todos os municípios apresentam médias superiores à do Brasil que é de 10,9 por mil nascidos vivos (IBGE, 2020). Os mais altos percentuais são em Tacuru com 21,62 mortes a cada mil nascidos vivos e Paranhos com 18,99. Ao longo dos anos esse percentual vem diminuindo, e isso se deve a melhorias no Sistema Único de Saúde, realizados pelo Governo do estado de Mato Grosso do Sul. As reformas em hospitais, construção e ampliação de Unidades Básicas de Saúde (UBS), além de compras de equipamentos e capacitação de servidores que também colaboraram. Porém ainda carecem de avanços, em certa medida, o percentual elevado de mortalidade infantil se deve a falta de unidades especializadas em atendimento, todos esses municípios dependem de atendimento especializado de outros municípios os quais possuem estrutura de saúde especializada.

Segundo Myrdal (1960) e Sen (2001) o desenvolvimento não se consegue apenas com melhorias na distribuição de renda e na ampliação da produção, mas também com a garantia ao acesso a serviços públicos de qualidade, em especial aqueles que mantêm os níveis de vida e têm reflexo nos indicadores sociais, como a saúde. O acesso a serviços adequados de saúde auxilia no bem-estar da população, colaborando para elevação nos indicadores de desenvolvimento.

O coeficiente de GINI funciona como um termômetro da desigualdade, e consiste em

um número entre 0 e 1, quanto menor o índice, menor a desigualdade e quanto maior, mais elevada é a desigualdade. Esse índice é comumente utilizado para calcular a desigualdade de distribuição de renda, podendo ser usado também para qualquer distribuição, como concentração de terra, riqueza entre outras. A seguir a tabela 8 apresenta o coeficiente GINI nos municípios em situação crítica de desenvolvimento.

**Tabela 8: Coeficiente de GINI no ano de 2010**

<b>Municípios</b>	<b>GINI</b>
Antônio João	0.54
Coronel Sapucaia	0.55
Japorã	0.66
Paranhos	0.64
Tacuru	0.60

Fonte: Atlas do desenvolvimento humano, 2010.

Os municípios apresentam elevada desigualdade conforme demonstrado pelo coeficiente de GINI, o que evidencia a situação crítica vivenciada por sua população. Conforme demonstrado na tabela 8 os municípios com as maiores desigualdades são Japorã com 0,66, Paranhos com 0.64 e Tacuru com 0.60. Embora o estado de Mato Grosso do Sul apresente menor desigualdade que o Brasil, todos os municípios em situação crítica de desenvolvimento na faixa de fronteira sul mato-grossense apresentam maior desigualdade e concentração de renda.

Japorã é o município com a maior desigualdade, com coeficiente de GINI de 0,66, o que demonstra a elevada concentração de renda entre seus habitantes. Aonde poucas pessoas possuem elevados montantes de patrimônio e riqueza, enquanto muitas pessoas não possuem o necessário para subsistência. Entre os 79 municípios de Mato Grosso do Sul Japorã classifica-se em 76º na economia, estando entre as mais baixas do estado, com apenas 4,5% da população ocupada em atividades formais, a menor do estado. No ranking da educação está na 77º posição, e apresenta 47,71% da renda apropriada pelos 10% mais ricos (IBGE, 2020).

Paranhos é o segundo município com alta desigualdade, com coeficiente de GINI de 0,64 classifica-se como a 79º economia, a mais baixa do estado, possuindo apenas 7,4% da população ocupada em atividades formais. Estando em 74º no ranking na educação, e apresentando 48,71% da renda apropriada pelos 10% mais ricos (IBGE, 2020). Tacuru é o terceiro município com alta desigualdade, classificando-se na 73º posição na economia do estado, 63º no ranking da educação, possuindo população ocupada em atividades formais de 6,6% e apresentando 46,38% da renda apropriada pelos 10% mais ricos.

Os demais municípios de maneira semelhante também apresentam péssimos

desempenhos em seus indicadores socioeconômicos, e estão na situação de círculo vicioso de subdesenvolvimento. Sendo caracterizados como uma região periférica com baixo dinamismo econômico e social. Assim, sua população lida diariamente com a baixa qualidade de vida, sendo relegados a marginalização social, ou seja, não podem fazer parte de determinados grupos e ter acesso a direitos básicos, como saúde, educação, trabalho e moradia dignos. Sendo impedidos como diria Sen (2000) de exercer suas liberdades substanciais básicas.

Segundo Hoffmann (2010) a curva de Lorenz, utilizada para o cálculo do coeficiente de GINI, pode subestimar o valor real da desigualdade se as famílias mais ricas forem capazes de usar a renda de forma mais eficiente do que as famílias de baixa renda, ou vice-versa. Assim, levando em conta esse fator, tem-se a possibilidade que a desigualdade real nesses municípios seja ainda mais elevada do que expressa pelo coeficiente de GINI. Por fim, estes baixos desempenhos nos indicadores socioeconômicos demonstram a significativa desigualdade acentuada pela situação de círculo vicioso em relação ao desenvolvimento, o que coloca esses municípios em situação crítica de desenvolvimento.

De acordo com Rosseau (1755) a desigualdade social, essa demonstrada de forma extrínseca, pode, deve e precisa ser alterada. No entanto, dificilmente podem ser revertidas apenas pelo próprio indivíduo, em geral essas desigualdades só alcançam mudanças quando existem esforços coletivos por meio da coesão social com o apoio do estado com políticas públicas voltadas a transformação social.

Segundo Myrdal (1960, p.43) "O jogo das forças do mercado tende, em geral, a aumentar e não a diminuir as desigualdades regionais". Sendo assim, regiões periféricas, com alta concentração de renda e desigualdade ao buscarem implantar uma visão liberal, deixam que o mercado dite as regras do jogo. E assim seu resultado, o aumento das desigualdades, conforme pontuado por Myrdal é apenas questão de tempo para que se concretize. Uma vez alcançado essas regiões adentram no processo de causação circular cumulativa, o que torna cada dia mais acentuado sua natureza desigual e mais difícil de ser revertido.

Por fim, salientamos que as questões de desenvolvimento vão muito além do escopo dos indicadores socioeconômicos, porém, eles são essenciais pois auxiliam a retratar, mensurar e avaliar a realidade socioeconômica de um território, além de servir de base para criação de políticas públicas que auxiliem na melhoria das condições de vida e bem-estar social. Segundo Sen (2000) a expansão e melhoria dos serviços de saúde, educação e seguridade social criam oportunidades para os indivíduos e contribui diretamente para ampliação das capacidades humanas e para qualidade de vida, além de melhorar o desenvolvimento de um país ou região.

Os investimentos nessas áreas básicas, produzem resultados efetivos e notáveis no desenvolvimento e na qualidade de vida da população no longo prazo. E assim parafraseando Sen (2000) uma vez que o desenvolvimento é alcançado ele proporciona liberdade para os indivíduos e essa liberdade não se torna apenas o fim primordial, mas também o meio principal do desenvolvimento.

#### **4 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Para que uma região supere o subdesenvolvimento existem barreiras que precisam ser superadas, a desigualdade, a fome, a pobreza, a baixa escolaridade e a informalidade são alguns exemplos. No entanto, a identificação do cenário socioeconômico realizada por meio de análise dos indicadores é um dos primeiros passos nessa jornada. Através dela é possível conhecer com mais profundidade a realidade e o contexto social e econômico de um território. Além de auxiliarem na formulação de políticas públicas mais assertivas, com as demandas da sociedade.

Através da teoria constatou-se que as chances de uma região superar sua condição de periferia por conta própria é difícil, até podem existir exceções, porém elas não são regras, não é porque uma região conseguiu melhorar sua condição por meio de suas potencialidades locais, que necessariamente todas as demais regiões também podem conseguir. O que acaba acontecendo é a estagnação e perpetuação de muitas regiões ao subdesenvolvimento. O que se percebe é que sem planos adequados de desenvolvimento, pautados em políticas públicas eficientes, seguidos de boa gestão, planejamento público e concertação social a maioria desses municípios estão fadados a permanecer nessa situação (PREBISCH, 1949; HIRSCHMAN, 1958; MYRDAL, 1960; FURTADO, 1961; SEN, 2001).

Em linhas gerais a dinâmica socioeconômica nos municípios em situação crítica de desenvolvimento da faixa de fronteira sul mato-grossense é marcada por diversas fragilidades, tais como: poucas oportunidades de emprego, menor renda per capita, elevada informalidade, baixo desempenho da educação básica e alta porcentagem da população beneficiária do Programa Bolsa Família. Os menores indicadores desses municípios são os de emprego e renda.

Além da elevada desigualdade outro indicador que também chama atenção são os altos volumes renda concentrados nas mãos dos 10% mais ricos, em contra partida com a porcentagem de pobres e extremamente pobres que também é elevada. De maneira geral os indicadores de saúde apresentam melhores desempenhos, no entanto carecem de avanços. Já os indicadores de educação são moderados e em alguns municípios são baixos. Esses problemas

acabam atingindo de maneira mais intensa principalmente as classes com menor poder aquisitivo e por consequência as mais dependentes dos serviços que são financiados pelo Estado, o que acaba refletindo no aumento do desemprego, violência, marginalização, informalidade e desalento social.

Os municípios de Antônio João, Coronel Sapucaia, Japorã, Paranhos e Tacuru continuam na situação de círculo vicioso desde o ano de 2005, apesar de uma pequena melhoria em seus indicadores, esses municípios não conseguiram romper com o círculo vicioso, o que novamente reforça a teoria da causação circular cumulativa proposta por Myrdal e a teoria do círculo vicioso de Nurkse. Segundo esses autores pela própria natureza cumulativa e circular do processo de desenvolvimento uma região que apresente baixos desempenhos em seus indicadores, elevada pobreza e desigualdade, tende a se manter ou até mesmo piorar essa situação com o passar do tempo. E é justamente o que se percebe nesses municípios, todos permanecem na mesma situação, demonstrando baixos indicadores de educação, saúde, emprego e renda e estão em situação crítica de desenvolvimento socioeconômico, carecendo assim de ações rápidas e assertivas que revertam essa difícil situação enfrentada por sua população.

Como possíveis temas de pesquisas que poderiam ser realizados no intuito de complementar e ampliar a discussão proposta nesse trabalho são: Quais os caminhos devem ser trilhados para superação do subdesenvolvimento fronteiro sul mato-grossense?

## **AGRADECIMENTOS**

Ao Programa Institucional de Bolsas aos Alunos de Pós-Graduação da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (PIBAP/UEMS) pelo apoio no desenvolvimento dessa pesquisa.

## **REFERÊNCIAS**

Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. **Dados do coeficiente de GINI** Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br> Acesso em: 15.set.2021.

BELARMINO, O. M; SILVEIRA, G. S. Mapa: **Classificação da situação do desenvolvimento socioeconômico nos municípios da faixa de fronteira sul mato-grossense no ano de 2016**. Ponta Porã: [s. n.], 2021. Municípios que compõem a faixa de fronteira do estado de Mato Grosso do Sul. Escala 1:5.300.000.

BELARMINO, Obedias Miranda. **A dinâmica do desenvolvimento nos municípios da faixa de fronteira sul mato-grossense: uma discussão a partir dos indicadores socioeconômicos**. 2021. 124 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional e de

Sistemas Produtivos) - Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Ponta Porã, 2021.

BELARMINO, O. M; VIEIRA, R. M. Desenvolvimento fronteiriço: Uma análise dos indicadores socioeconômicos da região de planejamento Sul Fronteira/MS. **Anais do III Colóquio Internacional Dinâmicas de Fronteiras**, Toledo - PR, p. 517-537, 2020. Disponível em: <https://gpfronteras.wixsite.com/coloquio-fronteiras> Acesso em: 07.jan.2021.

BRASIL. Ministério da Integração Nacional. **Proposta de reestruturação do Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira**. Brasília, DF, 2005.

\_\_\_\_\_. Ministério da Integração Nacional. **Faixa de Fronteira: Programa de Promoção do Desenvolvimento da Faixa de Fronteira**. Brasília, DF, 2009a.

FERRERA DE LIMA, Jandir (org.). **Desenvolvimento regional fronteiriço no Brasil**. Toledo: UNIOESTE, 2020.

FURTADO, C. **Desenvolvimento e Subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2009 [1962].

HIRSCHMAN, A. **Estratégia do Desenvolvimento Econômico**. New Haven: Yale University Press, 1958.

HOFFMANN, R. **Distribuição de renda: medida de desigualdade e pobreza**. Editora da Universidade de São Paulo. 1998.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística Disponível em: **População**. <https://bit.ly/2XcnNBe>. Acesso em: 20.jun.2020.

KRÜGER, C. et al. **Análise das políticas públicas para o desenvolvimento da faixa de fronteira brasileira**. n. 4, p. 22, 2017.

MACHADO, L. O. **Ciência, tecnologia e desenvolvimento regional na faixa de fronteira do Brasil**. Parcerias Estratégicas, Brasília, DF, n. 20, p. 1-554, jun. 2005. Edição especial. Seminários Temáticos para a 3ª Conferência Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação, 2005.

MYRDAL, G. **Teoria econômica e regiões subdesenvolvidas**. MEC/ISEB - Coleção Textos de Economia contemporânea. Rio de Janeiro, 1960.

NURKSE, Ragnar. **Problemas da Formação de Capital em Países Subdesenvolvidos**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1957 [1953].

NURKSE, Ragnar. Alguns Aspectos Internacionais do Desenvolvimento Econômico. In Agarwala, A. N.; Singh, S. P.(eds.). **A Economia do Subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Forense, 1969 [1952].

PNUD Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. **Dados socioeconômicos**. Disponível em: <https://www.undp.org/pt/brazil> Acesso em: 20.jun.2021.

PREBISCH, R. O Desenvolvimento Econômico da América Latina e Alguns de seus Problemas Principais. In: BIELSHOWSKY, Ricardo (org). **Cinquenta Anos de Pensamento na Cepal**. Rio de Janeiro: Record, 2000 [1949].

RAIHER, A. P.; FERRERA DE LIMA, J. Desenvolvimento humano nas regiões brasileiras: o

que fazer? **Revista Espacios**, [s. l.], v. 38, ed. 51, p. 28-42, 2017. Disponível em: [revistaespacios.com/a17v38n51/17385128.html](http://revistaespacios.com/a17v38n51/17385128.html). Acesso em: 25 jun. 2021.

ROUSSEAU, J. J. – **A origem da desigualdade entre os homens**; tradução de Ciro Mioranza. – São Paulo, SP: Lafont, 2017.

SACHS, I. **Desenvolvimento: includente, sustentável, sustentado**. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

SEN, A. (2001), **Desigualdade reexaminada**. Rio de Janeiro: Editora Record.

\_\_\_\_\_. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia de Letras, 2000.

SCHUMPETER, J. A. (1982). **Teorias do desenvolvimento econômico: uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e o ciclo econômico**. São Paulo: Abril Cultural.

TORRECILHA, M. L. **A gestão compartilhada como espaço de integração na Fronteira Ponta Porã (Brasil) e Pedro Juan Caballero (Paraguai)**. 2013. 180 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2013.